

# Feira livre Central em Campo Grande: Lugar de consumo material e cultural na cidade que se transformou em capital

Lenita Maria Rodrigues Calado\*

A ideia de cidade como um *cronotopo* é esclarecedora, pois cidade não é apenas espaço e também não se realiza no tempo único e linear, ela realiza tempos diferentes em espaços diversos. Nessa visão o evento de tornar-se capital do Estado de Mato Grosso do Sul fez com que Campo Grande vislumbrasse o futuro filtrado por seus anseios de cidade moderna, aparada no modelo de São Paulo e realizando transformações que aproximasse seus projetos reais do imaginário de seus habitantes. A criação do Estado aconteceu em outubro de 1977 e trouxe, além de mudanças políticas e econômicas, novos anseios de “progresso e prosperidade”. A Feira Livre Central representou nesse processo o consumo material e cultural dos habitantes da cidade.

**Palavras-chave:** Campo Grande, feira, cultura

Campo Grande, cidade média do centro-oeste brasileiro, expressa processos de desenvolvimento, decorridos no século XX, que buscam homogeneidade impulsionada pela globalização, deste modo as cidades entram em disputas veladas pelo mercado consumidor. Nessa concorrência, as cidades estão amparadas em diferenças e semelhanças que podem ser úteis para que sejam visitadas, sejam “consumidas” das mais diversas formas. Mas para que Campo Grande pensasse um futuro, “progressivamente”, foi preciso que seus habitantes integrassem um

---

\* Mestra em História pela da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bolsista CAPES, professora Universidade Anhanguera/ UNIDERP. Lenita.calado@aedu.com

The idea of the city as a chronotropic is enlightening, because the city is not only space and does not take place only in time and linear, it carries out different times in different spaces. In this view, the event from becoming the state capital of Mato Grosso do Sul caused, in Campo Grande, one idea glimpsing the future filtered by their expectations of modern city, trimmed in the model of São Paulo and making changes approached the projects in the imagi-

nary city. The creation of the state occurred in October 1977 and brought, as well as political and economic changes, new expectations of “progress and prosperity.” The Central Free Fair represented in this process the material and cultural consumption of the inhabitants of the city.

**Keywords:** Campo Grande, fair, culture

---

imaginário com suas vivências, trazendo assim experiências que determinam as imagens que se queria para a capital de Mato Grosso do Sul.

Antes, porém, é preciso ter um pouco mais de recuo no tempo.

A história de Campo Grande iniciou-se em 1872 com a primeira viagem do mineiro José Antônio Pereira à região de Mato Grosso. “No ano seguinte parte a comitiva dos Pereira em regresso a Monte Alegre, para buscar o restante da família e outros interessados”<sup>1</sup>. Dois anos mais tarde, em 1875, José Antônio Pereira voltou à região instalando-se, juntamente com familiares e amigos, na porção de terra localizada na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo, organizando, a partir de então, o que passaria a ser conhecido como “Arraial de Santo Antônio de Campo Grande”.

Na virada do século XIX para o XX, mais precisamente pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899, foi criada a Vila de Campo Grande, definitivamente enquadrada, em 1902, na categoria de município regido por uma administração pública própria, encabeçada por “Francisco Mestre nomeado seu primeiro Intendente”<sup>2</sup>. Desse momento em diante, efetivou-se todo um processo normativo, que seguiu o modelo de transformações ocorridas nos centros urbanos mundiais, materializado na elaboração do Código de Posturas de 1905, promulgado pela Câmara Municipal, e nos projetos de planificação urbana, a exemplo do apresentado em 1909, pelo engenheiro Nilo Javari Barém, aprovado pela Câmara do município em 18 de junho daquele ano.

---

<sup>1</sup> GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: Entre o Sagrado e o Profano*. São Paulo: USP, dissertação de mestrado em Geografia, 1999, p.51.

<sup>2</sup> COSTA, Celso. “Evolução Urbana”. In: *Álbum Campo Grande, 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 73.

“Em 1911, ano em que foi elevado à categoria de sede de comarca, o município contava então com 50 casas e com a presença da guarnição militar”<sup>3</sup>. Nesse mesmo período, chegaram a Campo Grande os trabalhadores encarregados da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, registrando-se a primeira viagem oficial do trem, vindo de Porto Esperança, estação próxima de Corumbá, no ano de 1914. No mesmo ano, com o lançamento do Álbum Ghráfico de Mato Grosso<sup>4</sup>, dizia-se haver 500 casas e cerca de 5.000 habitantes. Espantoso crescimento da região, explicado pelos “avanços” da modernidade que ganhavam espaço nos mais longínquos recantos do oeste brasileiro.

Com a chegada da ferrovia a economia local ganharia novo impulso, com a inserção de novos agentes sociais proporcionando e estabelecendo novas imagens e novas sensações com relação ao tempo e às distâncias<sup>5</sup>. As relações entre as pessoas que viviam na cidade e como elas enxergavam as transformações que estavam ocorrendo formavam novos paradigmas, como afirma Antônio Firmino de Oliveira Neto:

A inauguração da ferrovia instaurou, inexoravelmente, na região, uma nova relação social, ditada, dessa vez, pelo capital monopolista de São Paulo, ao mesmo tempo em que estabeleceu, no imaginário dos habitantes do lugar, novos paradigmas em relação ao tempo e às distâncias.<sup>6</sup>

Distâncias estas que eram representadas pela proximidade de cidades paulistas, principalmente São Paulo, representante máxima de desenvolvimento urbano, sendo assim, a palavra “perto” significava uma representação espacial que designava proximidade com o “civilizado” e os signos da civilização, assim, vapor, telégrafos e trens traziam para “perto” a “civilização” permitindo o fluxo ininterrupto de mercadorias, pessoas e informações. A ferrovia serve como fator de transformação dos ideais citadinos, afastando o “sertão” e aproximando o “mundo civilizado”, assim nos diz Gilmar Arruda:

A construção da divisão “cidades” e “sertões”, que se estava consolidando no início do século, produzia reações por parte de habitantes da cidade de Campo

---

<sup>3</sup> *Idem.*

<sup>4</sup> AYALA, S. Cardoso, SIMON, F. (Org.). *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo/Corumbá, 1914, p.410.

<sup>5</sup> ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru/ SP: EDUSC, 2000.

<sup>6</sup> OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A Rua e a Cidade: Campo Grande e a 14 de julho*. Campo Grande/ MS: Editora UFMS, 2005, p.99.

Grande, exatamente um lugar que se encontrava no meio dos dois termos, nem era cidade, como São Paulo, nem era totalmente “sertão”.<sup>7</sup>

Politicamente, o que podemos chamar de processo de modernização tem seu início no Estado moderno, e a sua ligação com a cultura da sociedade é fator que reforça as transformações, como explica Roger Chartier:

(...) a construção do Estado moderno tem conseqüências culturais que não dependem apenas da sua ação voluntária sobre as instituições ou práticas designadas como tais. Ao transformar as próprias percepções do devir social possível, ao produzir escolhas educativas ou profissionais inéditas, essa construção revolve a sociedade nas profundezas, pois permite êxitos anteriormente impossíveis embora crie decepções indelévels.<sup>8</sup>

O que Chartier chama de *percepções do devir social possível* aconteceu no imaginário da população campo-grandense com a chegada dos trilhos, ou seja, a modernização ampliava o campo de percepção do devir social possível, as oportunidades podiam mudar a construção do futuro, como se possível fosse visualizar o próprio futuro.

Sendo assim, a difusão do ideal de “progresso” instalava-se como ideais de novos modos de vida, mais promissores, ligando um “sertão” esquecido ao resto do mundo moderno. Esse imaginário moderno com tal força instalou-se, que permanece atuante nos desejos dos habitantes da cidade. Facilmente localizado entre as notícias, no comércio, nas conversas e nas promessas dos políticos. Ainda é muito importante para os moradores de Campo Grande, identificar-se como “cidadãos modernos”, que vivem num lugar de “progresso”, ligados com o mundo da “cidade grande”, comumente, representado por São Paulo.

Segundo Gilmar Arruda<sup>9</sup>, a introjeção desses valores “modernos” às classes subalternas estava em franco desenvolvimento nos grandes centros, assim as atitudes das classes dominantes visavam vencer a “barbárie” dos “sertões” e de seus moradores e estabelecer um vínculo permanente com tais centros.

Não é somente com a construção da ferrovia que esse imaginário chega a Campo Grande, mas a partir dela pôde ser visualizado com clareza. As cidades

<sup>7</sup> ARRUDA, Gilmar. *Op. cit.*, p.192.

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo: Bertrand Brasil, 1990, p.225.

<sup>9</sup> ARRUDA, Gilmar. *Op. cit.*

faziam um movimento no mesmo sentido, no caminho do mundo “moderno” e “modernizado”.

Para a construção da ferrovia chegaram, por volta de 1908, os primeiros imigrantes japoneses, que egressos das lavouras de café de São Paulo, incorporaram-se à economia e à sociedade campo-grandense. Após o término dos trabalhos com a ferrovia e aproveitando o conhecimento adquirido em seu país de origem, esses imigrantes voltaram-se para a produção de hortaliças, formando assim, o “cinturão verde” nos arredores de Campo Grande. Alguns desses imigrantes formaram as colônias agrícolas como a de Terenos. Campo Grande teve um crescimento de 4000% na população do seu município entre 1909 e 1940, o que facilitou a formação de outros municípios como foi o caso de Terenos e Rio Brilhante<sup>10</sup>.

Com a criação, em 1977, do Estado de Mato Grosso do Sul e a sua transformação em capital, fato que trouxe como conseqüência um novo fluxo migratório, Campo Grande conheceu forte impulso de desenvolvimento e modernização, materializado em grandes obras produtoras de uma nova configuração de seu espaço urbano. Além disso, a atenção e o interesse que o Estado recém-criado despertou, em todas as regiões do país, fez com que, “em sete anos de existência como capital, Campo Grande visse sua população praticamente triplicar”<sup>11</sup>.

Na década de 1970, as feiras também se multiplicaram, a cidade contava com 1.185 barracas em doze feiras livres, incluindo a Feira Livre Central. Ainda assim, a capital do novo Estado, produzia somente vinte por cento de hortifrutigranjeiros que consumia<sup>12</sup>.

A Feira Livre Central de Campo Grande passou por nova mudança de localização e na própria estrutura organizacional, ocupando parte da antiga estação ferroviária, em 2004, local construído e administrado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. Mudança que acarretou, por parte dos órgãos institucionais e pela sociedade em geral, diferentes processos no tratamento da memória social, no uso do patrimônio arquitetônico da Estação Ferroviária e do patrimônio cultural da Feira.

---

<sup>10</sup> OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *Op. cit.*

<sup>11</sup> REVISTA MS CULTURA. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Ano II; nº 6, Julho/Agosto/Setembro de 1986, p. 23. Acervo Arquivo Público do Município.

<sup>12</sup> GRIFO, nº 04, Campo Grande: Editora Matogrossense, 1979.

André Puccinelli, reeleito pelo voto direto, em seu segundo mandato na prefeitura de Campo Grande (2000 – 2004), realizou os projetos de reorganização do espaço da antiga estação ferroviária visando à utilização deste espaço para a construção de uma feira fixa, assim como a criação de um local para eventos, que foi denominado de Armazém Cultural. Com relação à mudança da Feira, o então Prefeito disse:

Isto nos deixou contentes, pelo acerto da equipe técnica da prefeitura, que vislumbrou a possibilidade de preservação da memória cultural da nossa feirona, adaptando-a a modernidade dos tempos atuais, o que resultou em melhorias da sustentabilidade dos feirantes<sup>13</sup>.

O patrimônio é um fator de valorização das identidades, o espaço e o tempo e a compressão entre estes dois de que fala Stuart Hall<sup>14</sup>, transformam o impacto da globalização e são as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação.

Alguns fatores fazem parte da formação do que pode ser considerado patrimônio ou não, a caracterização de algo como patrimônio perpassa por leis e por outros interesses da coletividade. O memorável é uma parte dos discursos dos agentes envolvidos nestas considerações sobre o patrimônio. O patrimônio envolve o que foi chamado por Maurice Halbwachs<sup>15</sup> de memória coletiva, mas também na mesma linha, dialoga com o imaginário da população da cidade.

Os patrimônios urbanos foram encarados como itens importantes para a adaptação das cidades em cidades-mercadoria. Fernanda Sánchez analisa que a globalização corre em duas vertentes, uma que busca a homogeneização e outra que busca a singularidade, a concorrência entre as cidades também acompanham esse processo. As cidades são premiadas por serem melhores que as outras e também recebem mais verbas por preservarem seus bens patrimoniais – inclusive pelo atrativo turístico que causam com esses bens. Ainda há o intuito de mercadoria quando a cidade é dividida territorialmente para a venda, em lotes, ou

---

<sup>13</sup> BUAINAIN, Maura S. C. Neder. *Campo Grande: memória em palavras; a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2006, p. 439.

<sup>14</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

<sup>15</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

seja, na produção de seus espaços. “A produção do espaço-mercadoria envolve também a produção de representações que o acompanham”<sup>16</sup>.

A alteridade consta nos discursos, em um momento existe a valorização do aspecto estético e elitizado da Feira nova, em outro momento há a percepção da perda de alguns monumentos ou patrimônios que faziam parte da cidade, o discurso fica entre o novo que pode ser agradável e o antigo que não se pode perder. E as questões são formuladas para os governantes, vistos como guardadores e responsáveis pelo patrimônio. O discurso ficou entre o “patrimônio pertence a todos”, mas as ações devem ficar a cargo dos detentores de cargos públicos. O patrimônio não é encampado, e fica, por vezes, alienado.

Pensando na Feira como um patrimônio citado pelos entrevistados e pelas matérias de jornais, vejo que as ações de *marketing* urbano podem explicar a apropriação realizada no campo ideológico de cidade-mercadoria. O planejamento ressaltado pelos governantes tem a proposta de transformação da cidade em objeto vendável.

A articulação global econômica une as estratégias que são desenvolvidas para a homogeneização e a valorização do heterogêneo, não apenas na questão financeira, mas também como “amálgama” da sociedade, no desejo de pertencimento e de acomodação das inquietudes do indivíduo. O patrimônio – “aquele que se conserva” – mostra que há história do lugar, e “aquilo que se transforma” demonstra que a cidade faz parte do mundo. O desejo de ter história e de participar do mundo globalizado constrói a dialética na práxis do ator social.

Fazendo uma digressão sobre agentes constituintes dos patrimônios, no caso da Feira, há um Decreto nº 9.685 de 18 de julho de 2006 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural do município de Campo Grande. O primeiro bem registrado no Livro dos Saberes é o Sobá, prato de origem da Província de Okinawa, servido na Feira pelos imigrantes japoneses. A partir deste decreto, a Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande realiza o festival do Sobá, um evento de enaltecimento do patrimônio imaterial da cidade.

---

<sup>16</sup> SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003, p.48.

Entre essas comemorações, o que notei de mais interessante foi a comemoração de aniversário da Feira que é realizada em dezembro, comemoram-se sempre mais de oitenta anos de uma Feira que foi construída em 2004. A continuidade é colocada nas datas marcadas. E ao mesmo tempo em que ouvi a totalidade de meus entrevistados me falarem que a antiga Feira *acabou*, restam dela resquícios na nova Feira porque a municipalidade não quer enterrar seus “mortos”.

A Feira abriga um patrimônio instituído em lei municipal, apesar de que o Sobá é servido há tantos anos que se confunde com a própria existência da Feira, mesmo assim, só foi registrado depois da mudança da Feira. Fato este que reforça a formação e o tratamento diferenciado que os governantes reservam para a história, ou seja, valor em bens patrimoniais e memoriais.

Observando o Decreto é importante acrescentar sobre os aspectos “culturais” colocados em leis. O patrimônio, em geral, permite leituras de senso comum e de conceitos formados na academia. Agregar o termo “cultural” merece muitas reflexões com relação aos termos que formam – o que muitas pessoas adoram discutir – o “patrimônio cultural” de uma sociedade.

Os discursos tendem a englobar o que se pode definir como cultura, como se referiu Clifford Geertz:

O conceito de cultural ao qual adiro [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida<sup>17</sup>.

O conceito elaborado por Geertz é amplamente usado, mas se faz necessária uma reflexão; Geertz trata primeiramente da história, nos termos *padrão* e *historicamente* faz referência ao tempo, ainda reforçando essa idéia com o verbete: *herdadas*.

É profundo o alcance dos termos utilizados por Geertz, ele consegue somar *formas simbólicas* com a realidade das *atitudes perante a vida*. Sendo assim, o que a pesquisa discute é a perpetuação, a comunicação e o desenvolvimento do conhecimento, advindos de padrões transmitidos historicamente, expressos nas

<sup>17</sup> GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books Inc., 1973, p. 89.



relações elaboradas no espaço-tempo da cidade, tendo como meio simbólico a Feira. Geertz incorpora o social no tempo, o cultural no espaço. Cultura como o elo entre o subjetivo e o real.

O termo “cultural”, de certa forma, está vulgarizado, desvinculado de qualquer profundidade, usado a “mão cheia”, qualquer forma de expressão é dita como “cultural”. Sempre num sentido polarizado, o que é antigo é cultura, ou o que é expressão é cultura, alienado do processo, do que Geertz salienta como *transmitido historicamente*.

Por muito tempo o conceito de cultura identificou-se com o de civilização. A cultura era o que representava a participação no mundo estruturado em valores de “progresso”, avanço tecnológico e de artes. Os Institutos Históricos e Geográficos surgiram com a necessidade de preservação da documentação para a criação da história do Brasil, responsáveis pela guarda dos papéis memoráveis. Assim como, os Institutos de Artes e de Patrimônios salvaguardam a chamada “alta” cultura. Depois o conceito de cultura passou a englobar o “folclórico”, o popular e o pitoresco. E a tensão existe quando o assunto é aprofundado:

Por conseguinte, a cultura apresenta-se como o campo de uma luta multiforme entre o rígido e o flexível. Ela é o sintoma exagerado, canceroso de uma sociedade dividida entre a tecnocratização do progresso econômico e a folclorização das expressões cívicas. Manifesta uma disfunção interna: o fato de que a apropriação do poder produtivo pelos organismos privilegiados tem como corolário uma desapropriação e uma regressão políticas do país, isto é, o desaparecimento do poder democrático de determinar a organização e a representação do trabalho que uma sociedade faz sobre si mesma<sup>18</sup>.

Certeau escreveu sobre uma ação cultural representada por uma *trajetória* aos lugares praticados, aos espaços construídos e assim transformados em espaços culturais. Talvez, o pensamento dos representantes do Estado seja de que se o patrimônio não existisse, devesse ser inventado. Existe outra ideia, porém, o patrimônio inventado se relaciona com o tempo, quando necessário ele pode ser reinventado, mudando suas vestes e cumprindo sua missão.

Em entrevistas, para a pesquisa sobre a Feira Livre Central, algumas feirantes revelaram a relação entre a cidade e o patrimônio; elaborando sua fala sobre

---

<sup>18</sup>CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Trad.: Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1995, p.235.

uma visão de trabalhadora e, ao mesmo tempo, de observadora dos acontecimentos como habitante da cidade Maria do Socorro disse:

Teve uma política pra tirar a gente de lá... porque o prefeito quis tirar a gente de lá...em 2002 quiseram tirar e não consegui. A japonesa queria vir, são os da comida, mas de verdura e fruta ainda não chegamos igual o que era lá (falando de rendimento das barracas) ainda está a metade do que era lá.<sup>19</sup>

Maria do Socorro tem duas barracas de frutas, ela falou que gosta muito da Feira e que acha que continua sendo uma “feira”. Mas na parte da entrevista citada acima deixou “escapar” que sabia do movimento político e das estratégias para mudar a Feira de lugar. Esse modo de convencimento usado pela prefeitura, para realizar seus projetos, não é aceito inconscientemente. Ou seja, a valorização de patrimônio existente ou a “patrimonização” é sentida pelos agentes cidadãos, e as táticas do poder também são vistas. O convencimento acontece na individualidade e na coletividade: “O que me faz aquilo que sou é minha essência, que é a espécie à qual pertença.”<sup>20</sup> A humanidade e o pertencimento colaboram com a aceitação. O patrimônio pode suplantar a história quando preenche a necessidade de convencer.

O sentimento acalantado pela “patrimonização” é de consolo, o tempo leva consigo muitas emoções, e é preciso segurar, para não se perder. O patrimônio concede segurança na relação com a humanidade, mesmo que não tenha contato com esse patrimônio, sabê-lo dá conforto.

Maria Iaeko, a “Batatinha”, expressou sua agitação de vendedora e ao mesmo tempo suas preocupações em sobreviver. Sobre a Feira que se realizava nas ruas começou dizendo: “A outra feira era muito boa demais, pena que não existe mais, nunca mais vai voltar... Lá era bom, lá era sensacional.”<sup>21</sup> A ênfase dada ao tempo transcorrido, ao que já passou implica na relação de tempo. O tempo associado ao trabalho como agregador de valor. O que Maria diz não ter mais, que ficou no passado, apesar de recente já transmite valor para que ela crie uma comparação com o parâmetro do que tem no momento presente.

---

<sup>19</sup> ENTREVISTA Maria do Socorro de Oliveira. Feirante, 57 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 20 min. (aprox.), son. CD.

<sup>20</sup> EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. Trad.: Sandra Castelo Branco. São Paulo: UNESP, 2005, p.84.

<sup>21</sup> ENTREVISTA Maria Iaeko, [Batatinha]. Feirante. 65 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 10 min. (aprox.), son. CD.

A relação com os outros habitantes e que são seus clientes, ela também faz com relação à existência de um momento anterior, quando a Feira ainda estava nas ruas, e não no espaço regulamentado da prefeitura: “Aqui, ninguém gosta daqui não. Todo mundo fala que lá era melhor.”<sup>22</sup> Perguntada sobre se a Feira constitui um patrimônio da cidade, ela respondeu:

É, é um patrimônio da cidade. Eu preferia que a outra fosse considerada patrimônio porque a outra era boa demais. Lá entrava dinheiro, aqui não entra. Aqui nós tamo quebrado. Acabar não vai, senão pra onde que eu vou, quer me matar? (risos) A gente paga caro pra ficar aqui, tem que continuar.<sup>23</sup>

A preocupação da Maria é com seu meio de vida, seu sustento como feirante e a continuidade que esse trabalho pode ter. O que move a feirante é o capital que ela consegue no seu trabalho, mas ao mesmo tempo ela tenta ligar esse capital ao fato de trabalhar em uma Feira que seja reconhecida como patrimônio do município. Sua memória lhe dá a saudade como o sentimento ligado ao passado “glorioso” e também lhe traz revolta na falta de opção que existe no fato de que a Feira já foi transformada.

Num certo momento a conversa ficou tensa, porque a entrevistada se referia à Associação da Feira Central Turística, dizendo que a Associação não resolve os problemas que os feirantes possam ter. Principalmente que a Associação, ligada à Prefeitura, não melhora as condições de trabalho, e conseqüentemente o rendimento dos vendedores. Maria se calou. Perguntou novamente porque eu estava fazendo aquelas perguntas. Depois de nova explicação, ela voltou a trabalhar. Respondeu mais algumas questões, mas seu semblante mostrava apreensão. Eu terminei a entrevista, pedi sua autorização e me despedi. Depois de duas semanas voltamos a conversar, e ela restabeleceu a confiança na pesquisadora.

As entrevistas, como um conjunto, demonstram períodos da vida da entrevistada: ela passou sua juventude sob as rédeas da ditadura militar no Brasil, toda a sua vida de trabalhadora foi na Feira, no presente ela segue as normas do mercado consumidor, para sua sobrevivência no lugar que sempre ocupou. Maria, como todos os feirantes, paga um condomínio para continuar na Feira, participa dos eventos culturais que a Associação faz, e tem medo da falência, ou de que a Prefeitura ou a Associação retire seu “ganha-pão”.

---

<sup>22</sup> *Idem.*

<sup>23</sup> *Idem.*

No limite, o patrimônio acumula cultura, pertencimento, cotidiano e ao mesmo tempo toca na essência, no elo de humanidade. Não se faz necessário dizer por que o termo seja tão bem quisto nos projetos governamentais e nas rodas de memorialistas, tão valorizado pelos chamados “formadores de opinião”, o patrimônio dá-nos certeza de termos história, de não sermos soltos no mundo de efemérides, de não nos questionarmos de nossa “missão” neste mundo. Para tanto o patrimônio é procurado, construído, inventado, levantado, falado e divulgado.

Seus habitantes, em meio às transformações, reafirmaram desejos de “progresso”, como se a história fosse sempre um passado de possível “construção”, e o futuro uma “invenção”. Campo Grande se enxergava, por meio de seus governantes e de seus habitantes, detentora do poder de realizar o que até então estava em sonhos de participação no “mundo moderno”, posto que realizasse vários planos estruturais para colocar em realidade o imaginário campo-grandense. Como exemplo desse processo, atualmente, tem-se publicações interessantes, em datas memoráveis, como no aniversário de 112 anos da emancipação política e administrativa, comemorado em 26 de agosto de 2011. Nessa ocasião a Folha do Povo, em versão eletrônica e impressa, estampou a manchete: “Campo Grande 112 anos. O maior presente é relembrar as conquistas do passado e celebrar as vitórias do futuro. Parabéns Cidade Morena.”<sup>24</sup>

Observa-se assim, os anseios de transformar a cidade para que o futuro previsto seja realizado, e também como a história fica definida como fator de legitimação do passado favorável a que se propõe. Nessa corrente, os espaços da cidade são transformados para a funcionalidade e muitas vezes são apropriados pelos habitantes como meio de vida e de construção da própria cidade. Num processo de duas vias, os moradores territorializam seus espaços para transformar a cidade em *locus* de sua sobrevivência e de seu desfrute; e a cidade aceita os limites criados em suas políticas de abrandamento de conflitos, ou os adapta ao que pode ser consumido por todos como espaço público.

O ano de 1977 foi muito agitado em Campo Grande, não apenas pela criação do Estado, mas também por causa das mudanças na infraestrutura por que

---

<sup>24</sup> FOLHA DO POVO, 2011, In: [http://www.folhadopovo.com.br/index.php?option=com\\_blog\\_calendar&year=2011&month=08&day=26&modid=229&Itemid=511](http://www.folhadopovo.com.br/index.php?option=com_blog_calendar&year=2011&month=08&day=26&modid=229&Itemid=511)

a cidade passou. O engenheiro Jaime Lerner, que em Curitiba realizou grandes mudanças quando foi prefeito, trabalhou em conjunto com algumas prefeituras; em Campo Grande, ele teve contato com o Prefeito Marcelo Miranda e propôs que a “Rua 14 de Julho se transformasse em “calçadão”, o que já havia acontecido em grandes centros do país”.<sup>25</sup> A ideia não se desenvolveu e, atualmente, a cidade não possui um “calçadão”, em suas vias centrais.

Também em 1977, a Igreja Matriz de Santo Antônio, de duas torres, foi condenada; logo em seguida foi demolida, não houve discussão sobre a possibilidade de restauração ou de reconstrução. A modernização empregada pela arquitetura levou à destruição de outros monumentos da cidade. Sobre o assunto, José Newton Coelho Meneses afirmou:

No decorrer do século XIX e de quase todo o século XX até, pelo menos, os anos 1960, o ímpeto renovador que primava pela destruição de construções antigas e pela modernização dos centros urbanos foi uma tônica muito forte nos preceitos arquitetônicos e urbanísticos. Além disso, a despeito do papel da industrialização e da Revolução Industrial, que acontece em cronologia complexa nos vários países, nessa busca transformadora do espaço urbano e da natureza, outros fatores importantes, como o Romantismo, vão permitir uma reflexão até então não vista acerca do *monumento histórico* <sup>26</sup>.

Nos anos de 1990 iniciou-se o processo de globalização e de valorização econômica do turismo, nesse sentido, um fator importante para a análise histórica é a construção do passado, que diretamente leva a uma reflexão sobre o patrimônio da cidade. A construção do passado é a forma dada aos dados de origem da cidade, divulgando-se eventos que dão forma valorativa à história do núcleo urbano.

Formulando uma linha imaginária entre como surgem as feiras livres no mundo e o sentido de pertencimento que a feira pode traduzir no cotidiano de cada morador da cidade atual pode-se enxergar uma ligação atemporal. O comércio, na Antiguidade, se realizava nas ruas, ou nos templos, ambientes que abrigavam religião e troca. Na Idade Média, as ruas eram transformadas em feiras,

---

<sup>25</sup> DIÁRIO DA SERRA, 02/07/1977, p. 01. Acervo Fundação Barbosa Rodrigues.

<sup>26</sup> MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.33-34.

quando surgiu o termo “feira”, vindo do latim “*feria*”, que significa a própria ligação com os dias santos ou religiosos<sup>27</sup>.

“Se na Idade Média, a cultura do camponês, vinda com os produtos vendidos na praça, misturava-se à cultura urbana que ele, na volta, carregava consigo, isso era um processo lento de impregnação mútua, da cidade pelo campo e do campo pela cidade”<sup>28</sup>. A realidade vai formando os imaginários nessa junção, a cidade é o espaço onde fato e imaginação se fundem. A realidade mostra como as relações dos habitantes nos espaços da cidade são dinâmicas e produtoras de um novo entendimento entre o rural e o urbano, faces da mesma moeda.

Na Idade Moderna, a feira se consolidou sendo um espaço aberto de comércio, conseqüentemente, de rua. No mesmo período, surgiram os mercados fechados e outras formas de comércio. O comércio alterou as relações entre os consumidores e produtores e a relação do espaço de comércio com ambos.

Com esses registros culturais, nota-se a pluralidade na formação dos habitantes da cidade de Campo Grande. Muitas práticas culturais estão inseridas no contato com os imigrantes, ou mesmo no contato frontereiro que é trazido para a cidade.

Interessante notar que, a cidade que se propôs, a todo tempo, “moderna”, não possui uma verticalização notável. As pessoas preferem morar em casas, principalmente, casas com varandas e espaço de terra para jardinagem. Costume esse, que cria a hipótese de que o espaço aberto, que remete ao campo, seja importante para essa população. Mesmo os apartamentos comercializados, para a classe média, são grandes e devem possuir uma área de lazer com churrasqueira, assim como, ter vagas na garagem que caibam camionetas.

Os primeiros edifícios construídos em Campo Grande eram comerciais. Os prédios residenciais foram construídos, paulatinamente, com a imigração, principalmente dos paulistas que vieram trabalhar em empresas que estabeleceram filiais na cidade.

---

<sup>27</sup> Conforme site acessado em 30/12/2009: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Feira>

<sup>28</sup> GASTAL, Susana. *Alegorias Urbanas: O passado como subterfúgio*. Campinas, SP: Papi-rus, 2006, p. 95.

Os conjuntos habitacionais eram de pequenas casas, formando alguns bairros que levam em sua denominação o prefixo Coopha, proveniente de Cooperativa Habitacional, assim tem-se: Coophasul, Coophafé, Coophamate, Coophavila e Coopharádio.

No final da década de 1980, a Caixa Econômica Federal financiou alguns conjuntos de apartamentos, mas não eram espigões, eram prédios que não ultrapassaram o número de quatro andares por bloco.

Somente depois da virada do século XXI é que Campo Grande apresentou um salto no crescimento vertical da cidade. Com muitas empreiteiras do ramo da construção investindo nesse tipo de moradia, e por conta da necessidade de segurança, parte da população, que possui condições financeiras, opta por tal habitação. A relação com o campo ficou estremecida no cotidiano das novas gerações que se acostumaram com esses novos modos de habitar, e eles vivem na cidade imaginada por seus antecessores.

Relevante também as representações ligadas ao Pantanal que surgem decorrentes dos usos da cidade pelo turismo. Pode-se ver um conjunto de obras de arte de tamanhos gigantescos pelas ruas da cidade, com figuras de tuiuiús (ave pernalta típica do Pantanal), araras, onças pintadas e peixes, há uma aproximação com o chamado ecoturismo, tão difundido no final do século XX.

Em alguns lugares, como na Casa do Artesão, o visitante tem a impressão que a população da cidade é formada majoritariamente por indígenas, por conta das esculturas e *souvenirs* feitos em cerâmica e fibras vegetais. Em outros momentos nota-se o predomínio das tradições rurais, nas festas com músicas fronteiriças (chamamé, polcas) e sertanejas, nos churrascos com mandioca, nas rodas de tereré (bebida gelada feita com erva mate), nos encontros de Laço e Rodeios, geralmente frequentados por jovens denominados de “agroboys”. Nos anos de 1980, esse aparecimento da ruralidade nos meios citadinos foi chamado de “bovinocultura”, esta incrementada pela economia de Mato Grosso do Sul que era sustentada pela agropecuária.

Campo Grande é a representação da crise que se estabeleceu na cidade moderna. Henri Lefebvre argumenta que as relações não são estabelecidas por vontade dos que detém o poder, mas que são forjadas do cotidiano, da práxis, da vida social. O habitante de Campo Grande requer seu direito à cidade,

[...] e o *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.<sup>29</sup>

Talvez, a Feira encarne um momento de realização prático-sensível, e continue sendo um lugar de encontro, mesmo que dela tenham sido retiradas características camponesas. A simplicidade e a nostalgia continuam sendo uma busca da subjetivação do direito à cidade. Seja a Feira comércio de produtos alimentícios ou espaço cultural, sua pluralidade é o que fornece *padrões*, maneiras de viver a vida urbana. Os habitantes administram as crises da cidade, formulando novos usos, nova produção, e novas relações que se estabelecem no cotidiano, ou seja, criam com a nova cidade a nova vida na cidade.

Propositalmente, nesse texto, há uma mistura de ideias e conceitos que estão sempre interligados pelo trabalho de pesquisa em História Urbana: lugares de sociabilidade, tratamento de patrimônios, consumo e produção culturais, as relações entre os indivíduos, as relações de pertencimento, e o processo de tempo e espaço na história da cidade, sendo assim, se pode afirmar que a cidade é tudo aquilo que a transforma ao longo do tempo, ou seja, um *cronotopo*.

A Feira e a cidade de Campo Grande são formadas pela diversidade, pelo trabalho diário, pelas necessidades de sobrevivência e de integração humana, pela busca de um passado “enaltecedor” e de um futuro “brilhante”. Enfim, a Feira alimenta Campo Grande, de maneira material ou sentimental.

---

<sup>29</sup> LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001, p. 117-118.